

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2010**

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**REALIZADA A 26 DE FEVEREIRO DE 2010**

No dia vinte e seis de Fevereiro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1)** Proposta de aprovação da acta em minuta;
- 2)** Aprovação da proposta de acta relativa à sessão ordinária realizada no dia 30 de Dezembro de 2009;
- 3)** Aprovação da proposta de acta relativa à sessão extraordinária realizada no dia 12 de Janeiro de 2010;
- 4)** Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 5)** Designação do representante do Município de Viana do Alentejo no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Saúde do Alentejo Central 2 (art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro);
- 6)** Aprovação da proposta de Regulamento Municipal de Turismo Sénior em parceria com a Fundação INATEL.

O senhor Presidente declarou aberta a sessão e procedeu à chamada, tendo-se verificado as presenças dos seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Rui Manuel Baptista Varela Gusmão, na qualidade de primeiro secretário;
- António Joaquim Vinagre Padeirinha, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- Nuno José Caeiro Grave;
- João Henrique Carracha Garcia;
- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Zélia Maria Mira Valério;
- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- Rui Alexandre Graça Dias;
- António João Figueira Falé;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

Em representação da Câmara Municipal esteve o senhor Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João António Merca Pereira e Paulo José Cachola Manzoupo.

A mesa justificou por unanimidade as seguintes faltas:

- de António João Figueira Falé, à sessão ordinária de 30 de Dezembro de 2009 e à presente sessão;
- de Zélia Maria Mira Valério, à presente sessão.

O senhor Presidente da Assembleia informou que o membro António João Figueira Falé, por carta datada de 25 de Fevereiro de 2010, renunciou ao mandato neste órgão, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período “de antes da ordem do dia”. Houve a necessidade de renumerar os pontos da ordem do dia uma vez que à luz do Regimento em vigor, as actas deverão ser aprovadas no período “de antes da ordem do dia” – n.º 3 do artigo 38.º.

Assim, sendo retirados da ordem de trabalhos os pontos números 2 e 3, ficará a mesma como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da acta em minuta;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 3) Designação do representante do Município de Viana do Alentejo no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Saúde do Alentejo Central 2 (art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro);
- 4) Aprovação da proposta de Regulamento Municipal de Turismo Sénior em parceria com a Fundação INATEL.

O senhor Presidente da Assembleia pôs então a votação a proposta de acta relativa à sessão ordinária de 30 de Dezembro de 2009, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente pôs a votação a proposta de acta relativa à sessão extraordinária de 12 de Janeiro de 2010, tendo também sido aprovada por unanimidade.

Verificou-se a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar para perguntar se irão ser realizadas obras na Escola desta freguesia dado que tem conhecimento de que o Centro Escolar de Viana irá avançar.

O senhor Presidente da Câmara referiu a este propósito que o senhor Vereador Paulo Manzoupo participou numa reunião com todas as Associações estando as sugestões recebidas a ser equacionadas. Quanto à Escola de Aguiar, o objectivo é fazer, pelo menos, uma remodelação.

O membro João Garcia entregou à mesa, em representação dos membros eleitos pela CDU neste órgão, uma moção relativa ao facto do Orçamento do Estado para 2010 não prever investimento do PIDDAC no concelho de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que o Regimento é omissivo no tocante à apresentação de moções, nomeadamente quanto ao período próprio para discussão e votação das mesmas. Contudo, o referido Regimento, no seu artigo 38.º, n.º 3, alínea b) prevê que no período “antes da ordem do dia” se possam apreciar assuntos de interesse para o concelho. Nesta conformidade, o senhor Presidente da Assembleia referiu que procederia de seguida à leitura da moção, a fim de submeter à Assembleia uma proposta sobre se o assunto a que a mesma se refere é ou não de interesse para o concelho. A moção foi então lida centrando-se em considerações de cariz ideológico para finalmente manifestar desacordo pela inexistência de verbas no PIDDAC para promover qualquer investimento directo no concelho de Viana do Alentejo. É ainda referido que em sede dos últimos Orçamentos de Estado, não houve acolhimento às propostas apresentadas, em tempo, pela bancada parlamentar do PCP, designadamente no que concerne à recuperação do Paço dos Henriques em Alcáçovas e à recuperação e requalificação do Posto da GNR em Viana do Alentejo.

A propósito do texto lido, o membro José Luis Pacheco referiu que já é tradição utilizar-se a Assembleia Municipal como meio de transmissão do que deve ser tratado na Assembleia da República. Disse ainda este membro que para haver investimento público não é forçoso que existam verbas inscritas em PIDDAC. Por fim referiu que não lhe parece nada pertinente introduzir um cariz ideológico na Assembleia Municipal fazendo reivindicações para o concelho.

O membro João Garcia referiu que o espírito da moção é a defesa dos interesses do concelho não podendo aceitar que se deixem de lado assuntos importantes só porque atingem o Governo.

O senhor Presidente da Câmara referiu que por parte do Ministério da Administração Interna tem a informação escrita de que será disponibilizada verba para a reparação dos Postos da GNR de Viana e Estremoz e para conclusão do Posto de Arraiolos. Esta informação foi apresentada à Assembleia.

O membro João Garcia referiu que esta informação tem surgido todos os anos e que até à data nada foi levado à prática.

Mediante autorização prévia do senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador João Pereira disse que em relação ao Paço dos Henriques é das pessoas que mais se tem debruçado sobre este assunto: Em primeiro lugar porque é Alcaçovense e em segundo lugar porque é membro fundador da Associação dos Amigos das Alcáçovas a qual tem estado envolvida neste assunto. Da análise deste assunto, disse este Vereador concluir que se a Câmara Municipal tivesse mostrado, em devido tempo, predisposição para assumir a gestão do imóvel, provavelmente a obra de recuperação tinha avançado. Após o recebimento, em 2004, de um ofício do senhor Director Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, foi realizada uma reunião em Alcáçovas e ficou definido que as Entidades envolvidas neste processo deveriam articular-se para elaborar uma proposta de Estatutos e definir quem iria gerir o espaço. De então para cá nada foi feito sendo óbvio que a única Entidade em condições de assumir a responsabilidade da gestão do Paço perante o Governo, é o Município. Disse ainda o senhor Vereador João Pereira que já foi realizada uma reunião com a senhora Directora Regional da Cultura e com o senhor Arquitecto Ramalho tendo-lhes sido manifestada a disponibilidade do Município para assumir a gestão do Paço dos Henriques após a obra de recuperação.

Ainda a propósito do impasse no processo de recuperação do Paço, o membro Nuno Grave disse que o concelho de Viana do Alentejo perdeu muitas oportunidades por não ter tido estratégias nem políticas estruturadas neste domínio. Disse que se tivesse existido uma política de preservação do património, poderia ter sido evitado o estado a que o Paço dos Henriques chegou. Sendo um processo que se arrasta há cerca de vinte anos, disse estar convicto de que este executivo levará por diante o desbloqueamento do mesmo.

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que o que neste momento está em discussão nesta sessão é o reconhecimento ou não de que este moção é de interesse para o concelho para que a sua discussão se possa enquadrar no período de antes da ordem do dia. Disse que em sua opinião os assuntos a que a mesma se refere são efectivamente de interesse para o concelho e nessa conformidade pôs a votação a discussão da moção no período de antes da ordem do dia, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento. A sua proposta foi aprovada por unanimidade.

Passou-se então à discussão da moção propriamente dita.

O membro João Antunes referiu que muitas das afirmações constantes do texto da moção são bastante discutíveis como por exemplo quando se fala nas políticas “neo-liberais de sucessivos governos...”. Disse considerar isto um exagero pois com um défice de 9,3% continua-se a apostar num plano ambicioso de investimento público sendo disso exemplo a construção do novo Centro Escolar em Viana do Alentejo. Em seu entender, o anterior executivo falhou em termos de planeamento a curto, médio e longo prazo e em termos de possíveis parcerias apresentou sempre uma postura crítica e nunca de disponibilidade para negociar. Disso regozijou-se pelo facto da Câmara ir agora assumir este processo, aproveitando o QREN em vigor até 2013. É sua convicção que do ponto de vista cultural, a recuperação do Paço dos Henriques trará muitos benefícios para este concelho.

O membro Francisco Mestre disse regozijar-se pelo empenho da Câmara na alteração da situação do impasse quanto ao Paço dos Henriques, dando sinais de interesse na sua efectiva recuperação. Fez votos para que no pós-diagnóstico continuem a ser visíveis esses sinais de interesse.

O senhor Presidente da Assembleia, quanto ao Posto da GNR de Viana, disse que existe um documento que prevê verbas no Orçamento de Estado de 2010 para a sua recuperação. Assim, parece-lhe que nesta vertente a moção é extemporânea. Quanto à recuperação do Paço dos Henriques, referiu que neste momento a Câmara não está parada ao contrário do que sucedeu durante anos consecutivos. Estando a ser feitas diligências para a recuperação do imóvel, parece-lhe extemporâneo reivindicar a inclusão de verbas em PIDDAC para 2010 quando só agora se estão a dar os primeiros passos.

O membro João Garcia argumentou que a moção refere que não há verbas inscritas para as obras referidas mas também para outras igualmente necessárias, como por exemplo o IC33.

O membro José Luis Pacheco disse concordar com a intervenção do senhor Presidente da Assembleia, parecendo-lhe extemporâneo tomar qualquer atitude reivindicativa quando se estão a encetar diligências no sentido do bom andamento dos processos que têm vindo a ser referidos. Disse que por vezes fica com a convicção de que para algumas pessoas é motivo de algum regozijo o facto das

obras não constarem em PIDDAC pois uma atitude construtiva traduzir-se-ia na discussão deste assunto antes do Orçamento do Estado ter sido aprovado por forma a pressionar o Poder Central enquanto “ainda era tempo”. Contudo o que na prática se verifica é que sistematicamente se deixa passar essa oportunidade e reclama-se depois do Orçamento do Estado se encontrar aprovado o que se traduz, inevitavelmente, na inconsequência.

A este propósito, o membro João Garcia disse poder trazer para mostrar na Assembleia os requerimentos que em devido tempo foram apresentados pelos deputados da CDU na Assembleia da República.

O membro João Antunes disse que em sua opinião o texto da moção não é coerente pois uma altura em que a prioridade vai para a diminuição da taxa de desemprego e para a reactivação da economia, é irreal pretender-se que as obras sejam feitas num ano quando é escasso o orçamento para a área cultural. Em sua opinião a oposição faria um bom trabalho se desse sugestões para o aproveitamento do espaço pois a perspectiva tem que ser positiva. Infelizmente, do que lhe é dado observar, desconhece o contributo positivo da bancada da CDU nesta matéria.

O senhor Presidente da Câmara disse que provavelmente não era possível que a obra do Paço dos Henriques constasse no PIDDAC para 2010 pois não estava definido nem o uso nem a Entidade que iria gerir o espaço. Sem as Entidades desenvolverem qualquer acção é improvável que o Poder Central inclua as verbas. Disse desconhecer há quanto tempo não chega junto do Poder Central qualquer reivindicação sobre o Paço dos Henriques. Sabe que os processos são difíceis mesmo reivindicados e nesta óptica está-se neste momento a tentar obter junto do Poder Central uma excepção para o campo relvado de Viana.

O senhor Presidente da Assembleia disse que a nível nacional só existem três concelhos que não têm campo relvado, sendo Viana do Alentejo um deles.

Passou-se de seguida à votação da moção, tendo a mesma sido rejeitada com oito votos contra, quatro votos a favor por parte dos membros João Garcia, Jacinto Valente, João Rosado e José Rato e uma abstenção por parte do membro Francisco Mestre.

O senhor Presidente da Assembleia fez uma declaração relativa ao seu voto contra a moção. Considerou a moção extemporânea quanto à reivindicação da inclusão do Paço dos Henriques no PIDDAC uma vez que a Câmara está a encetar diligências no sentido de ter um projecto para a recuperação do imóvel e de obter financiamento para a respectiva obra. Considerou igualmente a moção extemporânea quanto à reivindicação da inclusão do Posto da GNR no PIDDAC uma vez que existe informação por parte do Ministério da Administração Interna de que haverá verba para a obra em 2010. Assim, considerou que o concelho não fica lesado uma vez que a Câmara está a dar passos seguros no sentido da concretização das acções.

O membro João Garcia referiu-se à questão da segurança no concelho evidenciando que na última quinzena se verificaram graves assaltos em Viana, nomeadamente a residências, restaurantes e uma ourivesaria. Estando a população inquieta, torna-se necessário tomar algumas medidas no sentido do reforço da segurança, sobretudo para tranquilizar a população mais idosa.

Uma outra questão levantada por este membro prende-se com o mau estado das estradas no concelho, nomeadamente a de Viana – Estação das Alcáçovas, a de

Viana – Oriola e a de Alcáçovas – Alcácer do Sal que foi aceite pelo Município no último mandato da gestão PS. Na opinião deste membro será necessário diligenciar junto do senhor Secretário de Estado das Obras Públicas para que as estradas sejam entregues e mantidas em bom estado.

O senhor Presidente da Câmara, a propósito do Plano Rodoviário referiu que no dia 5 de Fevereiro participou numa reunião com outros Presidentes de Câmara do Distrito de Évora acerca do desemprego. Além deste assunto ficou decidido solicitar uma audiência ao senhor Secretário de Estado das Obras Públicas sobre o Plano Rodoviário, tendo esta matéria sido introduzida na ordem de trabalhos a pedido do Município de Viana.

O membro João Antunes disse que os problemas a nível da segurança verificam-se neste concelho e infelizmente a nível nacional. A situação de pobreza e vandalismo decorre da crise económica e social que se atravessa, sendo certo que os concelhos em que a população é mais envelhecida favorecem os infractores.

Disse este membro que gostaria de manifestar neste órgão a sua solidariedade para com as pessoas que têm sofrido actos de vandalismo, sendo certo que todas as medidas de prevenção da criminalidade, designadamente o policiamento de proximidade, são bem vindas. Referiu ainda que o Contrato Local de Segurança, recentemente assinado, também é uma medida importante. Por fim referiu-se este membro à violência doméstica que sendo um crime grave também deverá merecer especial atenção sendo bem vindas quaisquer medidas de combate a este crime.

O senhor Presidente da Assembleia disse que em quatro meses de actividade, este executivo tem apresentado trabalho sendo isso também notório na matéria das Estradas. Quanto à segurança disse aceitar de bom grado a formação de um grupo que faça o diagnóstico da situação antes de partir para as instâncias superiores.

O membro João Garcia disse que não é em quatro meses que este executivo tem feito tudo, pois anteriormente foram envidados esforços e realizadas reuniões junto do Ministério das Obras Públicas. Também quanto à segurança foram tomadas algumas medidas, nomeadamente diagnosticando as situações de pernoita dos ciganos para se levarem dados concretos ao Governo Civil.

O senhor Presidente da Câmara disse que a recente assinatura do Contrato Local de Segurança espelha bem a preocupação deste executivo com esta matéria, sendo exemplo da colaboração que se deseja entre o Município e as Forças de Segurança. Por via deste contrato, consegue-se obter o reporte periódico das ocorrências e o reforço do policiamento de proximidade, designadamente com a distribuição prevista de mais uma viatura.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana referiu que sendo a segurança uma matéria que preocupa a população, a referida Junta promoveu uma sessão de esclarecimento para os idosos. Curiosamente, não apareceu ninguém! Também foi promovida uma sessão para comerciantes, em conjunto com a Associação Comercial do Distrito de Évora. A esta compareceram três comerciantes de Viana e um de Aguiar!

O senhor Presidente da Assembleia manifestou disponibilidade para integrar um grupo que possa efectuar um diagnóstico prévio a respeito da matéria “segurança”, grupo esse constituído por ele próprio, pelo senhor Presidente da Câmara e pelos Presidentes das três Juntas de Freguesia do concelho.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar perguntou ao senhor Presidente da Câmara se já está definida a localização para a construção do Pavilhão Desportivo na referida freguesia e para quando está previsto o início da obra.

O senhor Presidente da Câmara referiu que a solução para a localização do Pavilhão tem que ser encontrada com as pessoas da freguesia, pelo que há a intenção de promover um encontro com a população pois tendo em conta a informação de que dispõe não existe acordo quanto à localização inicialmente prevista para este equipamento. Se na futura auscultação se vier a concluir que o local previsto corresponde à vontade das pessoas, então construir-se-á lá, pois o projecto existe e há financiamento aprovado.

Nos termos do n.º 4 do artigo 44.º do Regimento, terminado o período de “antes da ordem do dia”, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período de intervenção do público.

O munícipe Rui Mendes, residente em Aguiar, chamou a atenção para o facto do autocarro da Rodoviária que transporta os alunos desta freguesia para a Escola de Viana ir superlotado com todos os inconvenientes daí decorrentes especialmente no caso de haver algum acidente no percurso. Referiu-se também este munícipe à falta de vedação na Escola de Aguiar e ao facto de ter ouvido dizer na campanha do PS para as Autárquicas que havia terreno para o Pavilhão Desportivo.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente à superlotação do autocarro que efectua os transportes escolares, disse ao munícipe Rui Mendes que desconhecia de todo esse facto e que ele, como eleito na Junta de Freguesia de Aguiar, já podia e devia ter feito chegar essa informação à Câmara Municipal pois há sempre disponibilidade para receber as pessoas, tanto mais tratando-se de eleitos em órgãos autárquicos do concelho. Relativamente à falta de vedação na Escola de Aguiar, o senhor Presidente da Câmara perguntou ao munícipe Rui Mendes se só notou essa falha este ano, pois não tem conhecimento de que anteriormente essa questão tenha sido colocada. Contudo, disse que com a requalificação a efectuar na Escola em causa, a vedação está contemplada.

O membro José Luis Pacheco disse que se regozija por verificar que neste mandato as “pessoas estão mais soltas” e manifestam as suas opiniões como não viu acontecer no anterior mandato, nomeadamente nas sessões da Assembleia Municipal realizadas em Aguiar nas quais não se verificou qualquer intervenção por parte dos munícipes.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o “período da ordem do dia”:

**PRIMEIRO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

**SEGUNDO PONTO) APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE DA CÂMARA** – O membro Francisco Mestre perguntou qual a conclusão da reunião realizada acerca do Paço dos Henriques.



O senhor Presidente da Câmara disse que após o sismo, houve intenção de mostrar a preocupação quanto ao estado do imóvel e de fazer com que o processo do Paço dos Henriques viesse a público. Foi realizada uma reportagem no local na qual participou o senhor Vereador João Pereira, que falou sobre o imóvel cerca de dez minutos, tentando chamar a atenção para o empenho do Município na recuperação do imóvel.

O senhor Vereador João Pereira disse que aquando da deslocação ao local da senhora Directora Regional da Cultura e do senhor Arquitecto Ramalho foi aconselhado o corte de raízes de árvores que estavam a minar as estruturas. Nessa sequência, o pátio do Paço foi limpo e o interior também pelo que agora está visitável, podendo-se circular em segurança. A porta do Jardim das conchinhas foi fechada por precaução e para travar a própria agressão que fazem ao imóvel. A nível da limpeza foi efectuado um investimento significativo e qualquer pequena intervenção que seja feita só o será com acompanhamento de técnicos do IGESPAR. Foi também sugerida a realização de alguns pequenos trabalhos de caiança como forma de protecção e está-se a equacionar a possibilidade de no Verão serem realizados no Paço espectáculos ao ar livre.

O membro José Luis Pacheco confirmou a solidez do imóvel em termos estruturais.

O membro Francisco Mestre disse congratular-se com os desenvolvimentos em relação ao Paço. Quanto à transferência de verba para a Associação de Jovens de Alcáçovas com destino ao Corso Carnavalesco - 6.300,00 € - disse considerar o montante exagerado atendendo aos tempos de austeridade que se vivem.

O senhor Presidente da Câmara disse que a pedido da Associação este apoio foi concedido com o objectivo de que gradualmente o evento se vá afirmando trazendo cada vez mais pessoas ao concelho.

O membro António Joaquim Padeirinha disse que este ano foi introduzida uma inovação no Corso de Carnaval tendo a Associação atribuído donativos aos carros alegóricos e apostado num reforço da divulgação do evento. Disse este membro que como técnico da área, considera até insuficiente a verba transferida.

O membro Rui Gusmão disse que nestas matérias tem sempre que ser ponderado o retorno do investimento feito. Referiu a propósito que decorreu esta semana o cortamato regional junto à Sr.<sup>a</sup> D'Aires, envolvendo mais de mil jovens da região. Embora a Câmara só tenha estado envolvida no apoio logístico, parece ser de ponderar uma maior participação atendendo à dimensão da iniciativa e às mais-valias que decorrem para a própria vila.

O senhor Presidente da Câmara, ainda relativamente ao apoio dado para o Corso de Carnaval, disse que com as verbas transferidas nos mandatos anteriores era possível fazer muito pouco e não considera aceitável que as pessoas envolvidas tenham que dispor de verbas próprias para uma iniciativa deste género. Ainda a propósito do Carnaval, o senhor Presidente da Câmara disse que este ano houve uma Associação de Viana que fez um desfile no Domingo sendo de realçar pela positiva a participação no mesmo de grupos de Alcáçovas. Disse ter ficado satisfeito por também ter visto o pessoal de Viana a participar no desfile em Alcáçovas, no dia de Carnaval. Sendo o objectivo principal incutir desenvolvimento nas actividades do concelho, foi gratificante observar esta participação recíproca.

**TERCEIRO PONTO) DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE SAÚDE DO ALENTEJO CENTRAL 2 (ART.º 31.º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO)**

- O senhor Presidente da Câmara apresentou este assunto e referiu que através do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro foram criados os Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACES) e estabelecido o respectivo regime de organização e funcionamento. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do referido Diploma, o Conselho da Comunidade integra um representante de cada Município abrangido pelo ACES, designado pelas respectivas Assembleias Municipais. Assim, propõe-se à Assembleia precisamente a designação do representante que integrará o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Central 2. O senhor Presidente da Assembleia propôs que esse representante seja o membro Rui Gusmão. Votada esta proposta por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada com oito votos favoráveis e cinco votos em branco.

**QUARTO PONTO) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO SÉNIOR EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO INATEL**

- O senhor Presidente da Câmara apresentou a Proposta de Regulamento não tendo havido quaisquer intervenções sobre a mesma. Votada, foi a referida proposta aprovada por unanimidade.

Terminada a “ordem do dia” e nos termos do n.º 4 do artigo 44.º do Regimento, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público. Neste período não houve intervenções.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às zero horas e trinta minutos tendo sido aprovada por unanimidade a minuta relativa à presente acta.

Aprovada a 14 de Abril de 2010.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---